Notas cobertas no Jornal Nacional e os crimes de proximidade contra mulheres[1]

Laiza ALVES[2]
Pedro LOURES[3]
Carlos Alberto CARVALHO[4]
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo se debruça sobre três notas cobertas que foram "ao ar" no *Jornal Nacional* no ano de 2013. O objetivo específico foi o de investigar o modo como essas matérias abordam crimes de proximidade contra mulheres, uma das facetas da violência de gênero. Na análise, observou-se o que elas revelam e o que "encobertam", além de como as vítimas e os agressores foram apresentados. O conceito de informação de Mouillaud foi uma referência para sensibilizar o olhar para essas notas.

Palavras-Chave: jornalismo; gênero; violência.

Apresentação

Este artigo se debruça sobre três notas cobertas que foram "ao ar" no *Jornal Nacional* no ano de 2013. Mais precisamente, fazem parte do material coletado para a pesquisa "Narrativas de um Problema Cotidiano: o testemunho jornalístico e a violência de gênero", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que entre maio de 2013 e janeiro de 2014 se mobilizou para registrar, a partir da técnica do mês falso, notícias, entrevistas, artigos de colunistas, editoriais, charges e caricaturas, reportagens, notas e notas cobertas que indicassem em algum momento crimes de proximidade contra mulheres, crimes em que vítima e agressor possuem ou já possuíram alguma relação de confiança, a exemplo de colegas de trabalho, ex-namorados, namorados, parentes etc. A coleta, que compreendeu ao todo 8 semanas, registrou a cobertura de diferentes tipos de violência contra mulheres em suas modalidades físicas e simbólicas,

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Estudante do 7º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFMG, email: laizamsa@gmail.com.

[3] Estudante do 6º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFMG, email: lucchesipedro@gmail.com.

[4] Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da UFMG, email: caco5@uol.com.br.

como assassinatos, agressões físicas, estupros, assédios sexuais e morais, ofensas, entre outras.

A coleta se deu a partir de nove mídias informativas, a saber: *Jornal Nacional*, *Jornal da Alterosa – 2ª edição*, *Balanço Geral*, *Estado de Minas*, *Super Notícia*, *Jornal da Itatiaia – 1ª edição* e dos portais *G1*, *Uai* e *Uol*. Dentre elas, decidimos fazer a análise de parte desse material que se refere ao *Jornal Nacional* por considerarmos relevante que esse telejornal, de maior audiência do país e de âmbito nacional, tenha se destacado por noticiar pouquíssimos casos de crimes de proximidade contra mulheres. Ao todo foram 10 matérias, sendo que seis delas fazem parte de uma suíte, série de reportagens sobre o mesmo caso, em que esse tipo de violência não foi o principal assunto. O caso em questão foi a morte de uma criança em que o padrasto se tornou o principal suspeito de ter cometido o crime. Além disso, dentre as que não faziam parte da suíte citada, ou seja, quatro, três foram notas cobertas. Acreditamos que esse número é pequeno quando pensamos no total de matérias coletadas nas mídias televisivas, 117 casos.

Portanto, consideramos relevante refletir como algo que na maior parte das vezes esteve de fora do noticiário do *JN*, crimes de proximidade contra mulheres, emergiu. Optamos então, por nos ater às três notas cobertas[5], uma vez que pertencem a um mesmo tipo de texto e, portanto, compartilham características em comum, como a existência de imagens sobre o ocorrido, mas sem o *off* e a passagem do repórter. Nesses casos, um dos apresentadores faz uma nota do acontecimento, enquanto as imagens registradas são mostradas.

Nosso interesse específico é o de investigar o modo como as matérias selecionadas abordam os "crimes de proximidade", uma das facetas da violência de gênero,

> "campo problemático" (QUERÉ, 2005) da vida social, que faz brotar ocorrências diversas. Todas elas são marcadas pelas tensões que envolvem os processos de construção das masculinidades e feminilidades, suas performatividades, trânsitos e fronteiras, as relações de força, de visibilidade e invisibilidade, além dos embates político-institucionais, morais e comportamentais cada vez mais frequentes, tais como indicam os estudos seminais de Foucault (1994), Giddens (1993), Butler (1990 e 1993), Sedgwick (1990), entre outros, e seus desdobramentos. (LEAL, 2014, p.216)

[5] Como foi dito, uma das notas cobertas não teve a violência de gênero como principal assunto. Ela trata de um assassinato cometido a uma menina de 8 anos nos Estados Unidos. O principal suspeito é um garoto de 12 anos, irmão da vítima. Entretanto, o destaque da matéria é a respeito da maioridade penal.

Um estudo sobre o entendimento acerca da violência contra as mulheres, realizado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é exemplar sobre esse "campo problemático". Os questionários, aplicados entre maio e junho de 2013, revelaram que 91% dos entrevistados concordam total ou parcialmente que "Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia". Entretanto, 63% concordam total ou parcialmente que "casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família", 89% dos entrevistados concordam total ou parcialmente que "a roupa suja deve ser lavada em casa" e 82% concordam total ou parcialmente que "em briga de marido e mulher não se mete a colher[6]".

Portanto, os resultados revelam uma contradição. A maioria dos entrevistados não concorda com a violência contra a mulher e a considera passível de punição, no caso ir para a cadeia. O aprisionamento, então, seria considerar esse tipo de violência como um problema público, que requer a intromissão do Estado. Porém, ao mesmo tempo há a indicação de que a violência doméstica contra mulheres é pensada como um problema de âmbito privado.

As notas cobertas: "Marinheiros[7]", "Caso Bruno[8]", "Pimenta Neves[9]"

A primeira dessas notas é do dia 17 de maio de 2013. Com uma duração de 27 segundos, a nota é narrada formalmente por Heraldo Pereira e diz que funcionários da Marinha brasileira, três marinheiros, junto com um adolescente estupraram uma adolescente de 14 anos. Além disso, a matéria também apresenta: a cidade e o estado em que o crime ocorreu; vagamente onde se deu o estupro, na casa de um dos acusados; para onde a vítima foi levada após a agressão, um posto de saúde; que foram os agressores que levaram a vítima ao posto; que o estupro foi constatado por exames médicos; que o adolescente agressor foi preso; que os marinheiros responderão por estupro de vulnerável; e que uma das consequências por terem praticado o crime pode ser a expulsão da corporação.

[6] "A adesão a ditos populares pode ter uma interpretação dúbia, pois é possível supor que muitas pessoas concordem com eles sem refletir muito a respeito de seu conteúdo. Todavia, pode revelar a permanência de alguns valores sociais importantes, como a privacidade do casal, a importância de se resolverem problemas familiares no âmbito doméstico e a dificuldade de situar a violência como uma questão que não se enquadra simplesmente nesta categoria, de problema familiar a ser resolvido privadamente" (IPEA, 2014, p.14).

[7] Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/t/edicoes/v/marinheiros-sao-presos-no-pr-suspeitos-de-estuprar-adolescente/2581635/.

[8] Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/t/edicoes/v/dois-ultimos-envolvidos-no-assassinato-de-eliza-samudio-sao-condenados/2790911/

[9] Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/t/edicoes/v/justica-de-sp-autoriza-jornalista-pimenta-neves-a-cumprir-pena-em-regime-semiaberto/2803477/

Na chamada da matéria, atrás dos apresentadores, há uma grade indicando ser a imagem de um presídio. Após esse momento os três marinheiros são mostrados sem as fardas, com agasalhos cobrindo seus rostos, e sendo conduzidos por marinheiros fardados, que com o enquadramento da imagem também não têm seus rostos mostrados, para dentro de um carro que aparentava ser comum, sem ser de nenhuma força de segurança.

Depois disso, a próxima imagem é a do exterior de um posto de saúde, sendo que é a partir dela que fica evidente a qual posto, especificamente, a vítima foi levada após a agressão. A imagem seguinte é a do interior desse posto (Unidade de Pronto Atendimento João Samek). A seguir, uma imagem de um carro da polícia estacionado, sem nada em volta. Para finalizar a matéria, há a imagem da capitania a que os marinheiros pertencem.

Na segunda nota coletada, do dia 29 de agosto de 2013, a narração é de Patrícia Poeta. Durante seus 19 segundos, diz que Elenílson Vitor da Silva e Wemerson de Souza, os dois últimos envolvidos no assassinato de Elisa Samúdio a serem julgados, foram condenados. A nota traz ao público: o estado (“Minas”) em que o julgamento aconteceu; qual a acusação que recaía sobre os agressores, o sequestro do filho de Elisa e Bruno, e o nome destes; que o menino sequestrado era filho de Elisa com o “goleiro Bruno”; fala sobre a relação de Elenílson com Bruno, caseiro do sítio do “jogador”; o tempo de prisão a que os agressores foram condenados; o apelido de Wemerson (“Coxinha”); e finaliza dizendo que eles vão cumprir a pena em regime aberto.

As imagens utilizadas são todas do interior do tribunal. Nelas, cada um dos condenados é mostrado individualmente e com grande destaque e a sala em que o julgamento estava sendo realizado também aparece em um plano aberto. Além disso, há a imagem da bancada da juíza e dos promotores.

Não há menção explícita ao envolvimento de Bruno no assassinato de Elisa Samúdio. A única referência a esse crime foi de que era o julgamento dos dois últimos envolvidos nesse episódio.

Já a terceira nota, levada "ao ar" no dia 04 de setembro de 2013, com duração de 23 segundos e também narrada por Patrícia Poeta, diz que o jornalista Antônio Pimenta Neves foi autorizado pela justiça de São Paulo a cumprir pena em regime semi-aberto. A matéria se refere: ao crime que ele cometeu, assassinato; o nome e a profissão de sua vítima fatal, a jornalista Sandra Gomide[10]; o tempo de prisão a que foi condenado, 14 anos; o mês e o ano que ocorreu o assassinato, agosto de 2000. Adiante diz quando ele de fato foi para a cadeia (2011) e que agora poderá sair da prisão durante o dia para trabalhar. Por fim, explica que o benefício da justiça foi dado porque ele já cumpriu um sexto da pena e tem bom comportamento.

Todas as imagens apresentadas na nota coberta são de arquivo. Na primeira delas Pimenta Neves desce uma escada, provavelmente no dia em que foi para a cadeia em 2011, já que mais à frente da sequência dessa imagem é mostrado que ele estava sendo acompanhado até o carro da polícia. Entre essas sequências há uma foto de Sandra Gomide quando ainda estava viva.

Sobre essas notas, o caso mais antigo é o assassinato da jornalista Sandra Gomide, seguido pelo assassinato de Eliza Samúdio e, por último, o da adolescente estuprada no

[10] Foi assassinada por Antônio Pimenta Neves, na época diretor de redação do jornal O Estado de São Paulo, em 2000, em um haras na cidade de Ibiuna-SP. Sandra foi namorada de Pimenta Neves por quase quatro anos e sua companheira de redação. Após romper o relacionamento chegou a ser agredida fisicamente pelo ex-namorado. No dia do crime recusou o pedido de reconciliação do ex-companheiro e foi alvejada com um tiro pelas costas e outro no ouvido.

Paraná, um caso recente. Dois deles tiveram grande repercussão social e midiática, Sandra e Elisa, obtendo presença nos meios de comunicação mesmo com o passar dos anos.

Notas que descobrem e encobrem

Em uma análise mais detida dessas matérias foi importante observar o que elas dão a ver e o que "encobertam", além de como as vítimas e os agressores foram apresentados. Para isso, o conceito de informação de Maurice Mouillaud é um bom parâmetro. Segundo ele, dar visibilidade para certas questões implica necessariamente deixar muitas outras de fora (MOUILLAUD, 2002). Na produção de notícias, dentre todas as informações que perpassam determinada ocorrência, algumas integram e outras não o produto informacional final, algo necessário ao fazer jornalístico, afinal, como o próprio autor afirma, não se pode ter um "todo-informativo". "Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente porque pro-duzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso.[...]" (MOUILLAUD, 2002, p.39).

Esse movimento de dar visibilidade para alguns aspectos e invisibilidade para outros é resultado de ações como a do enquadramento, por exemplo. O quadro conteria aquilo que deve ser visto a partir do isolamento de dados que em um mesmo lugar passariam a ter algum tipo de ligação. Esse é um movimento fundamental ao jornalismo e a qualquer notícia.

Ao assistir às notas, percebemos que o caso do estupro cometido pelos três marinheiros e um adolescente é mais um daqueles "pequenos acontecimentos", "oferecidos de modo rápido, com pouco destaque e sem sequer a indicação frequente do nome das vítimas (Leal, Antunes & Vaz, 2011 e 2012), ampliando ainda mais a percepção do tratamento 'lacunar' e 'descontextualizado' da violência de gênero pela mídia noticiosa" (LEAL, 2014, p.213). Por outro lado, as outras duas notas seriam repercussões de "grandes ocorrências" que, segundo Leal (2014), "mobilizam a cobertura jornalística de modo mais extenso, como foram os crimes ditos passionais nos anos 70/80, que comoveram grande parte da população brasileira (como os 'casos' Ângela Diniz e Heloisa Ballesteros Stancioli)" (LEAL, 2014, pp. 212-213)

Olhando especificamente para a nota coberta sobre o estupro cometido pelos marinheiros, percebemos que em nenhum momento são ditos os nomes dos envolvidos, a relação anterior ao crime (embora sugira que ela exista) da vítima com os agressores, como ela foi para a casa de um deles- diz apenas que ela foi "atraída" para lá -, não explica

porque a deixaram no posto de saúde depois de tal agressão, qual o estado dela, se serão julgados pela justiça comum e se poderão ser presos, quem fez a denúncia (a própria vítima?), o que os agressores disseram à polícia, qual foi o pronunciamento oficial da Marinha (da capitania), entre tantas outras questões que poderiam localizar melhor o acontecido.

O grande destaque da matéria é que três marinheiros cometeram um crime e não o crime em si. A vítima, por sua vez, é relegada a segundo plano, como se ela não fosse importante. O relevante não parece ser que ela foi estuprada, assim como tantas outras mulheres o são diariamente, indicando um problema grave[11] que envolve violência específica de gênero, mas que membros da Marinha se envolveram em um crime, que três integrantes de uma instituição tradicionalíssima, tida como representante da ordem e disciplina, participaram de uma ação criminosa.

Essa importância dada aos marinheiros pode ser esclarecida ao observarmos a construção da matéria. No início já se diz que "três marinheiros" foram presos suspeitos de estuprar uma adolescente. Nesse momento não há menção nenhuma ao quarto agressor (um adolescente) que também teria participado do crime, informação que é adicionada na parte final quando é dito que ele também foi "apreendido". Ele parece entrar na nota como um mero objeto, afinal é comum utilizar o termo "apreendido" quando se fala de armas, drogas, munição etc. Também não se diz quais podem ser as consequências para ele.

Além disso, como comentado, a vítima aparece como uma adolescente de 14 anos que foi estuprada após ter sido "atraída" para a casa de "um dos agressores". Nada mais é falado a respeito dela, nem mesmo sobre seu estado de saúde após a violência sofrida.

Outro aspecto que nos permite identificar o destaque dado aos marinheiros são as imagens. A nota se inicia com os três agressores sendo conduzidos por homens fardados para dentro de um carro e termina com duas imagens da capitania à qual eles pertencem, primeiro com um plano fechado dela e logo depois com um plano detalhe.

[11] "[Em] 2013, o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil. Todavia, essa estatística deve ser olhada com bastante cautela, uma vez que, como se salientou anteriormente, talvez a metodologia empregada no SIPS não seja a mais adequada para se estimar a prevalência do estupro, podendo servir apenas como uma estimativa para o limite inferior de prevalência do fenômeno no País" (IPEA, 2014).

Já a segunda matéria parece ter sua importância e razão de ser e existir, por fazer parte de um acontecimento jornalístico que adquiriu enormes proporções, qual seja, o assassinato de Elisa Samúdio pelo ex-goleiro do Flamengo e seus cúmplices. O crime de proximidade contra uma mulher, nesse caso, Elisa, que ao fim e ao cabo é a razão do julgamento destacado pelo *JN*, é apagado na nota em detrimento de um caso que na nota é mais importante do que a violência de gênero implicada.

Embora tenha sido dito na matéria que ela tratava do julgamento dos dois últimos envolvidos no assassinato de Elisa, não é comentada a relação entre o sequestro do filho dela com Bruno e a morte de Elisa, por exemplo, é como se isso ficasse subentendido. Essa lacuna diz muito de uma matéria que é produzida em função de ser uma repercussão de um "grande acontecimento" e não por fazer parte de um crime em que a questão de gênero é muito importante, um femicídio. A expressão refere-se à morte de mulheres pelo fato de serem mulheres. A morte nesses casos seria o ponto final de violências físicas ou verbais cometidas contra mulheres. Wânia Pasinato apresenta alguns estudos que defendem que tal termo possui certo caráter "homogeneizante", uma vez que delimitar o gênero como motivo de morte pode deixar invisíveis questões econômicas, sociais e políticas.

> "É importante fazer notar que todas as teóricas mencionadas estabelecem o gênero como uma categoria privilegiada para analisar o assassinato de mulheres, contudo, a análise de classe social e de outras estruturas de poder ou condições materiais que podem influir na violência por parte dos homens contra as mulheres são apenas mencionadas, sem análise." (Fragoso, 2002 apud PASINATO, 2011, p.7).

No caso da terceira nota coberta descrita não há menção sobre a relação anterior ao assassinato entre o agressor e a vítima, assim como não foi informada a motivação do crime, embora tenha sido comentado que ambos eram jornalistas. Desse modo, é evidente que o crime de proximidade contra uma mulher (que foi o caso do assassinato cometido por Pimenta Neves, vitimando Sandra Gomide, sua ex-namorada) é desconsiderado, assim como o quadro ainda mais amplo da violência de gênero e dos femicídios.

É importante dizer que não pensamos que uma pessoa deva ser tachada para o resto da vida por algo que fez no passado, mesmo que por um crime cruel, mas é nosso intuito destacar que, uma vez que o jornal optou por reiterar o motivo do crime pelo qual Pimenta Neves está preso (assassinato), ele o fez de forma a apagar, tornar invisível a questão de gênero e o crime de proximidade envolvido.

O que percebemos com essas três notas cobertas é que as escolhas feitas sobre o que seria abordado nelas e aquilo que não seria, fazem com que elas deixem uma questão fundamental, intrinsecamente ligada a elas, encoberta ou, nos termos de Mouillaud, invisível: a violência de gênero no Brasil como problema social.

Considerações finais

Das 117 matérias coletadas na pesquisa "*Narrativas de um Problema Cotidiano: o testemunho jornalístico e a violência de gênero*", 107 correspondem ao *Jornal da Alterosa 2ª Edição* e ao *Balanço Geral*, noticiários com temáticas regionais. Como dito anteriormente, durante o processo de coleta foram 10 casos do *JN*, um número consideravelmente baixo. É curioso pensar que um telejornal que se interessa em tratar de questões com implicações nacionais e que tem a maior audiência do país não aborde um problema social do Brasil e que quando o faz, silencia tal fato. Ao comparar o *Jornal Nacional* com os outros dois telejornais citados, parece que ele ter uma cobertura nacional e não local, como os demais, influenciou nesses dados. Além disso, nas matérias que analisamos a violência de gênero está ali, mas não pensamos que é ela que faz com que o *JN* leve-as "ao ar". Duas estariam ali por serem repercussões de "grandes acontecimentos" e a outra por se referir a mais um crime entre tantos outros, porém tendo como agressores três integrantes das Forças Armadas.

No artigo *Jornal Nacional e os 12 segundos de escuridão*, apresentado na Intercom na cidade de Natal (RN) em 2008, Ana Campos e Phellipy Jácome ao discutirem sobre a visibilidade dada pelo *JN* às identidades LGBT, concluem que nesse jornal

> não há uma agenda para questões de gênero, para a discussão da homofobia ou, quando há identidades sexuais, é feita uma abordagem institucional. Assim, serve como um instrumento de reafirmação da norma e contribui para a invisibilidade da diversidade sexual (CAMPOS & JÁCOME, 2008, p.7).

Do mesmo modo, entendemos que não há agenda para crimes de proximidade contra mulheres. As notas cobertas que destacamos e discutimos são exemplares da

invisibilidade dada a esse tipo de violência, assim como o reduzido número de matérias coletadas desse jornal.

No caso do artigo citado, os autores relacionam essa invisibilidade ao fato de que a homofobia e as identidades LGBT seriam assuntos ainda não consensuais. Entretanto, no caso dos crimes de proximidade contra a mulher, esse não parece ser o problema, como indica o estudo do Ipea sobre a tolerância social à violência contra as mulheres - 91% dos entrevistados concordam total ou parcialmente que "Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia". Seria exagerado pensar que a percepção de que a violência doméstica ou que crimes de proximidade contra as mulheres de um modo geral são assuntos de âmbito privado se reflete na escolha do noticiário do *Jornal Nacional*? Embora seja uma questão complexa, é preciso pensá-la, ainda mais se falamos de uma mídia noticiosa com tanta repercussão como o *JN*.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf

_____. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf

LEAL, B. (2014) **Convencionalidades narrativas e os crimes de proximidade**: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Interfaces da Lusofonia, pp. 210-220.

MOUILLAUD, Maurice (2002). **A Informação ou a Parte da Sombra**. Em, Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio D. (org). O Jornal: da forma ao sentido. (pp. 29-36). Brasília. Ed. Unb.

JÁCOME, P.; CAMPOS A. **Jornal Nacional e os 12 segundos de escuridão**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Jornalismo e homofobia: aproximações. 2008. (Congresso).

PASINATO, W.(2011) **"Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 37, dez.